

**PORTARIA Nº 302/2021**

Dispõe sobre cessação da Gratificação de Trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e/ou saúde.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VI, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO a previsão do artigo 5º da Resolução nº 35, de 25 de outubro de 2004, alterada pela Resolução do Órgão Especial nº 15, de 10 de maio de 2018,

RESOLVE cessar a percepção da gratificação pela execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida ou saúde, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base, concedida com base no artigo 132, inciso VI e art. 136 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c a Resolução nº 35/2004, alterada pela Resolução nº 15/2018, para o servidor **JOSÉ IBIAPINA FEITOSA ANDRADE**, Técnico Judiciário SPJNM, matrícula nº 177, em decorrência da disposição do servidor para a Comarca de Fortaleza, concedida mediante Portaria nº 877/2019, publicada no DJE de 06 de junho de 2019, atualmente lotado na Seção de Contadoria.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 16 do mês de fevereiro de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 303/2021

Dispõe sobre cessação da Gratificação de Trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e/ou saúde.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VI, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO a previsão do artigo 6º da Resolução nº 35, de 25 de outubro de 2004, alterada pela Resolução do Órgão Especial nº 15, de 10 de maio de 2018,

RESOLVE suspender a percepção da gratificação pela execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida ou saúde, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base, concedida com base no artigo 132, inciso VI e art. 136 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c a Resolução nº 35/2004, alterada pela Resolução nº 15/2018, para o servidor **FRANCISCO DAVID DE SOUZA LIMA**, Técnico Judiciário, Área Técnico-Administrativa, Especialidade Técnico em Manutenção, matrícula nº 9664, enquanto permanecer na titularidade do cargo em comissão de Supervisor Operacional / DAJ 4, com lotação no Serviço de Apoio Administrativo da Comarca de Fortaleza.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 16 do mês de fevereiro de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 305/2021

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 8502099-67.2021.8.06.0000,

RESOLVE:

Art. 1º **NOMEAR** JOSÉ MAURÍCIO CARVALHO DE ALMEIDA, Técnico Judiciário de Entrância Especial, matrícula nº 6258, para o cargo em comissão de Supervisor Operacional, símbolo DAJ-4, com lotação no Serviço de Cálculos Judiciais e Cadastro de Precatórios e RPVS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 16 de fevereiro de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 306/2021

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 8500313-07.2021.8.06.0026,

RESOLVE:

Art. 1º **Exonerar** ANA FLÁVIA DE QUEIROZ COELHO, matrícula nº 41981, do cargo em comissão de Auxiliar Operacional, símbolo DAJ-7, com lotação na Assessoria de Projetos Internos da Corregedoria Geral da Justiça, e **nomear** NAIANA EDILMA COELHO DE FREITAS para o referido cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 16 de fevereiro de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará